

Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

AINDA SOBRE AS SECAS: DISCURSOS E IMAGENS

Flávio José Rocha da Silva

RESUMO

Este artigo busca refletir como as imagens e os discursos sobre as secas ajudaram a alicerçar as estruturas de desigualdades socioeconômicas para muitos em benefício de poucos. Para muitos brasileiros, as secas seriam as grandes somas gastas em açudes e barragens, incentivos fiscais a empresas que se instalam no Nordeste e para o perdão de dívidas junto aos bancos estatais para grandes e médios proprietários. Para ela, por ela e com ela são respaldadas todas as grandes obras para que os nordestinos dela não sejam mais vítimas, como o atual projeto de transposição das águas do Rio São Francisco

Palavras-chave: Seca; Nordeste; Imagens Sobre as Secas.

STILL TALKING ABOUT DROUGHTS: SPEECHES AND IMAGES

ABSTRACT

This article tries to reflect how the images about the droughts helped the structures of socioeconomic inequalities for many to privilege a few people. For many Brazilians, drought is the only cause of inter-regional and intra-regional social inequalities in Brazil. In the last decades drought has been used as an important discourse by certain political and economic groups to advocate for additional resources and to justify money spent on dams, fiscal exemptions and bank debt pardon for large landowners in the Northeast of Brazil. Because of the drought, megaprojects are justified as the solution to develop the Northeast. One example is the project to divert the São Francisco river.

Keywords: Drought; Northeastern of Brazil; Images About the Droughts.

AS SECAS COMO DISCURSO DOMINANTE A SERVIÇO DOS INTERESSES DE POUCOS¹

Meu Deus, meu Deus
 Setembro passou
 Outubro e Novembro
 Já tamo em Dezembro
 Meu Deus, que é de nós,
 Meu Deus, meu Deus
 Assim fala o pobre
 Do seco Nordeste
 Com medo da peste
 Da fome feroz
 Ai, ai, ai, ai

(Patativa do Assaré, 1964)

O trecho da canção *A Triste Partida*, assim como de outras tantas cantadas por Luiz Gonzaga ao longo de sua carreira ou por outros artistas da música,² demonstra o quanto a seca conseguiu entranhar-se no imaginário coletivo da população nordestina. De acordo com Albuquerque Jr. (1999 p. 178), “A seca surge no discurso de Gonzaga como o único grande problema do espaço nordestino. Para chamar a atenção para este fato ele compõe, em 1950 com Humberto Teixeira, a música *Asa Branca*, que ele chamou mais tarde de ‘música de protesto do cristão’”. *A Triste Partida* (assim como foram tantas por ele cantadas com a mesma temática) levou para milhões de brasileiros de outras áreas do país a história do sofrimento dos habitantes pobres do sertão com as estiagens prolongadas, segundo sua visão. Se no início a letra acima destaca o clima como impiedoso, mais à frente ela revelaria o poder das estruturas fundiária e hídrica concentradas por poucos, diante da fragilidade dos pequenos proprietários indefesos perante o poderio do latifúndio,

Pois logo aparece
 Feliz fazendeiro
 Por pouco dinheiro
 Lhe compra o que tem
 Ai, ai, ai, ai.

As secas³ nunca foram um problema para parte da elite nordestina, a qual, muito pelo contrário, souberam aproveitar-se delas para lucrar com os projetos governamentais ao longo do último século que prometiam combatê-la. Já para os mais pobres da região, ela causa problemas no sistema produtivo, dificuldade para conseguir a água que é destinada ao gado por estar armazenada nos açudes das grandes propriedades, o não acesso aos gêneros alimentícios básicos e o desemprego generalizado. A abordagem sobre o Nordeste com o foco nas secas serve para

1 Esse artigo faz parte do primeiro capítulo da tese de doutoramento em Ciências Sociais deste autor.

2 Segundo Villa (2001), Eduardo das Neves gravou a primeira música com o tema da seca, em 1915, com o título de *Pobres Flagelados*. Já o espetáculo *Opinião*, dirigido por Augusto Boal, em 1964, lançou a cantora Maria Bethânia, nacionalmente, cantando a música de protesto *Carcará* (composta por João do Vale e José Cândido). A música terminava com a cantora denunciando a migração forçada dos nordestinos para o Sudeste na seca de 1950. A mesma cantora voltaria ao tema da seca em 1999 com a canção *A força que nunca seca* (composição de Chico Cesar e Vanessa da Mata). Confira Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino (Castro, 1992).

3 Para uma tipologia das secas, confira *As secas e seus impactos* (Carvalho, 2012).

naturalizar os problemas das desigualdades socioeconômicas advindos das restrições ao acesso a terra e a água. Não negamos sua participação majoritária como fator agravante das desigualdades, mas o enredo que se escreveu sobre ela no país, a projeta como a protagonista de todos os problemas nordestinos. Pouco se pergunta por que ela atinge sempre os mesmos grupos sociais ou porque é apresentada como a causa natural de todas as calamidades. Para ela, por ela e com ela são respaldadas todas as grandes obras para que os nordestinos dela não sejam mais vítimas, como o atual projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Assim nos dizem os governos dos últimos cem anos, sejam de qual espectro político e ideológico forem.

O que determina a seca⁴ como um fenômeno climático periódico no Semiárido, além da pouca ou da falta de precipitação pluviométrica em certos períodos do ano ou até mesmo interanuais, é a sua imprevisibilidade temporal e geográfica. Pode chover muito em uma área do Semiárido durante um determinado mês do ano e não chover por anos em uma área próxima. A quantidade de chuvas caídas também é imprevisível, tanto que o Semiárido pode sofrer com cheias em seus rios causadoras de grandes prejuízos para as populações ribeirinhas da região. A situação tende a agravar-se com o desmatamento e assoreamento dos rios sertanejos nas últimas décadas.

A grande seca de 1877⁵⁷ fez com que o banditismo dos cangaceiros e cangaceiras recebesse muitos adeptos no sertão, embora ele já existisse antes. Os saques promovidos por grupos de famintos também causaram muitos prejuízos de ordem financeira aos grandes proprietários durante aquela seca. Estes, por sua vez, começaram a reivindicar a intervenção do Império para resolver seus problemas. A resposta do Imperador Dom Pedro II a tais acontecimentos veio no final daquela estiagem, e, segundo Mello (2011, p. 99), “Na fala com que encerrou a 1ª sessão e abriu a 2ª, da legislatura da Assembleia Geral do Brasil no ano de 1879, lamentava o Imperador a quebra, ‘em alguns lugares’ da ‘segurança individual e da propriedade’” A ausência de qualquer menção às milhares de vítimas fatais daquela estiagem demonstra onde estava a preocupação do Imperador. É a partir desta seca que o discurso sobre uma região vítima do clima torna-se protagonista e passa a ganhar força como arma para a barganha política e para o convencimento do envio de verbas para “salvar” o Nordeste. Uma receita que daria tão certo que “Todas as demais questões são interpretadas a partir da influência do meio e de sua ‘calamidade’: a seca” (Albuquerque Jr., 1999, p. 72). É ela a causa, segundo os portadores deste juízo, do atraso econômico do Nordeste.

É possível que a seca de 1877 tenha dado origem, alimentada pelos contrastes socioeconômicos e fundiários da região, a vários movimentos messiânicos e de revoltas sociais, a exemplo de Canudos, Padre Cícero, etc. (Ribeiro, 2007). Talvez tenha até mesmo acelerado a abolição da escravatura, já que o estado do Ceará,⁵ o mais atingido naquela estiagem, foi o primeiro estado brasileiro a declarar, no ano de 1884, que todos os negros escravizados em seu território estavam libertos. Os grandes proprietários logo perceberam que não precisavam ter despesas com a alimentação de seus negros escravizados e que poderiam lucrar com a venda destes para as plantações de café no Sul do país. O governo promovia as frentes de trabalho para beneficiar as suas terras sem que eles precisassem ter despesas com as vítimas das secas. Era

4 “O Nordeste se encontra em posição geográfica muito afetada pela direção dos ventos secos e úmidos, quentes e frios, resultantes da pressão atmosférica no Atlântico-Norte, na África do Sul, nas Ilhas do Pacífico e no Sul da América. A variação desses fatores, afastando ou aproximando as frentes tropicais frias e úmidas, combinadas com outras causas, traz uma irregularidade nas chuvas ou secas sem ciclo definido” (Duque, 1982, p. 19).

5 É possível que o Ceará tenha abolido a escravidão oficial em seu território por possuir, segundo Andrade (1964, p. 189), “[...] 31.915 escravos, ou 4.4% de uma população total de 721.688, no ano de 1872”. Com a seca de 1877, muitos dos escravizados morreram ou foram vendidos para os cafezais do Sul, e a abolição da escravatura não trouxe grandes prejuízos para a economia cearense. A Seca de 77, como ficou conhecida, teve o agravante de coincidir com a queda no preço do algodão internacionalmente. Este fato certamente foi o motivo para o agravamento da fome e para o desemprego de milhares de sertanejos.

uma escravidão com as despesas pagas pelo erário público. Por que ter despesas com escravizados, quando as vítimas das estiagens faziam o mesmo trabalho e recebiam alimentos por parte do governo? Esse se tornou um negócio que se estenderia dali para frente e ganharia mais e mais adeptos por ser tão lucrativo.

Foi também a seca de 1877 que fez com que o Imperador Dom Pedro II enviasse uma segunda Comissão Científica para o Estado do Ceará, em 1881, com o objetivo de estudar e sugerir soluções para as longas estiagens. Para os conhecimentos técnicos e ambientais que possuíam à época, não se poderiam esperar outras sugestões que não as de engenharia hídrica, já em voga em outros países. A Comissão sugeriu a transposição de águas do Rio São Francisco para o Rio Jaguaribe, a construção de grandes açudes e estradas e campos de irrigação para resolver os problemas de grandes estiagens.

1. AS IMAGENS DAS SECAS E OS SEUS USOS POLÍTICOS

Para muitos brasileiros, as secas seriam a essência das desigualdades intra e interregionais no Brasil. Albuquerque Jr. (1999, p. 81) afirma que “O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área.” E continua este mesmo autor: “A seca foi decisiva para se pensar o Nordeste como um recorte inclusive ‘natural’, climático, um meio homogêneo que, portanto, teria originado uma sociedade também homogênea” (Albuquerque Jr., 1999, p. 138).

A seca passou a ser um discurso uníssono para reivindicar verbas e para justificar as grandes somas gastas em açudes e barragens, incentivos fiscais às empresas que se instalam no Nordeste e o perdão de dívidas junto aos bancos estatais para os grandes e médios proprietários ao longo do último século. Albuquerque Jr. (1999, p. 71-72) observa que:

A questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista nortista, desde que a seca foi descoberta em 1877, como tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargos no Estado, etc. O discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa das províncias e depois Estados no Norte, diante da decadência de suas atividades econômicas principais: a produção de açúcar e algodão.

Sua popularização na mídia começou com a grande seca de 1877 e conseguiu maior repercussão com os artigos de Euclides da Cunha para o jornal Estado de São Paulo, que mais tarde tornar-se-iam o clássico livro *Os Sertões*⁶. Involuntariamente ou não, estas matérias jornalísticas e outras que se seguiriam nas décadas seguintes serviram e servem para justificar as mazelas do sertão com base nas suas características climáticas, já que condicionam as suas desigualdades socioeconômicas às suas particularidades naturais e não à estrutura socioeconômica mantenedora desta desigualdade.

O Semiárido ficou profundamente marcado pelas imagens das secas, e as imagens não existem em um vácuo político, principalmente quando são repetidas à exaustão. Elas têm o poder de ampliar as situações “justificadoras” para reivindicar ações governamentais e conseguir o apoio da opinião pública na defesa dos gastos para megaprojetos. Não é sem razão que as soluções socioeconômicas do Semiárido apresentadas e promovidas por grupos que trabalham a partir do viés da convivência e das experiências dos que lá vivem não recebem o mesmo espa-

⁶ Carvalho (2004), afirma que o livro de Cunha acabou sendo importante para “[...] estimular e emprestar decisivo apoio as classes dominantes, ao Estado e as elites intelectuais, notadamente as da região...”

ço e tempo na grande mídia. Além disso, muitas vezes estas soluções são tratadas como medidas complementares que, supostamente, não trariam os mesmos resultados que os grandes projetos.

A chegada da televisão no Brasil, em 1950, capitaneada pelo paraibano Assis Chateaubriand, daria uma dimensão muito maior à percepção que o país já alimentava sobre o Nordeste. A cada estiagem, os lares brasileiros captavam as imagens de crianças famintas tomando sopa de palma⁷ com água e sal. As redes de televisão organizavam campanhas de arrecadação de alimentos para as vítimas com artistas famosos.⁸ Imagens que seriam repetidas estiagem após estiagem nas últimas décadas como fotografias eternas de um lugar e que levaram muitos sertanejos a internalizar a ideia de que sua região não possui água. Com os novos programas governamentais de transferência de renda, projetos de convivência com o meio ambiente local e os novos arranjos sociais (maior acesso a educação formal, menor número de filhos, etc.) as vítimas das estiagens já não perambulam pelo país a procura de emprego e comida. Sobra para a televisão as imagens das carcaças bovinas espalhadas pelo sertão e a “denúncia” das obras paradas a exemplo do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, reproduzindo um arcabouço ideológico de manutenção das grandes obras como solução para o problema. Nas palavras de Albuquerque Jr. (1999, p. 72), “A descrição das ‘misérias e dos horrores do flagelo’ tenta compor a imagem de uma região ‘abandonada, marginalizada pelos poderes públicos’”. A fixação deste retrato regional no inconsciente coletivo brasileiro acabou por favorecer a manutenção de uma estrutura de poder que parece imutável. Elas, as imagens, convencem grande parte da população brasileira de que algo deve ser feito urgentemente naquela região “subdesenvolvida” e este algo esteve sempre atrelado pelos governos à construção de grandes obras como os açudes, as barragens, os projetos de irrigação, a rodovia Transamazônica, a Ferrovia Transnordestina ou o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. A questão fundiária e hídrica que sustenta as desigualdades sociais sempre esteve fora de questão em qualquer dessas ações governamentais, salvo pequenos ajustes por pressão de movimentos sociais que reivindicam as reformas agrária e hídrica.

A costa litorânea coberta por canaviais e com tantos rios é tão ou mais desigual socioeconomicamente que o Semiárido, como observa o *Severino Retirante* do famoso poema *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, ao chegar ao mangue recifense. Não pretendemos negar a relevância da seca como um dos problemas centrais do Nordeste, mas é inegável que ela serviu e serve ainda para o aparelhamento do Estado por um grupo dominante (dentro e fora daquela região) que utiliza o discurso da necessidade de combatê-la para apropriar-se de recursos públicos⁹.

2. O SOCORRO AS VÍTIMAS DAS SECAS

A primeira resposta por parte de um governante com relação às secas no Semiárido brasileiro aconteceu durante o reinado de Dom João IV, na estiagem de 1736, quando, ao ser informado de que faltava farinha de mandioca na colônia, ele ordenou, por decreto, que os senhores de engenho plantassem aquela, ou seriam multados. A falta de farinha deveria ser por

7 Comer palma foi um estigma para o sertanejo em tempos passados, já que serve como alimentação para o gado e era apenas em caso de fome extrema alimento para os habitantes do Semiárido. Nos últimos anos, esta situação vem mudando com projetos que estimulam a culinária da palma. Guedes (2002) publicou uma cartilha com receitas adaptadas ao paladar nordestino.

8 Em 1985, um grupo de 155 artistas ligados ao mundo musical brasileiro gravou o compacto simples *Nordeste Já*. A ideia era arrecadar fundos para as vítimas da estiagem. Este tipo de evento teria início ainda no final do século XIX. Villa (2001) conta que o Imperador Dom Pedro II participou de festas para arrecadar fundos para ajudar as vítimas da grande seca de 1877, mas estes eventos aconteceram em Portugal.

9 Confira O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino (Castro, 2002).

causa da preguiça dos sertanejos, decerto pensou o monarca. Garcia (1984) relata que duas décadas depois algumas famílias foram reunidas em povoados de cinquenta casas no interior do Ceará. Teria sido esta, segundo este autor, a primeira vez que vítimas da seca receberam terra.¹⁰ Ainda no final deste mesmo século, surgiu na Paraíba a primeira tentativa de mitigar as consequências da estiagem prolongada através de medidas assistencialistas. Liderada pelo governador José de Melo Castro, a Pia Sociedade Agrícola surgiu “[...] com o objetivo de desenvolver a agricultura, dar ocupação aos emigrantes e socorrer, com lucros da lavoura, aos necessitados...” (Alves, 2004). A Pia Sociedade criou um projeto de colonização no município litorâneo de Mamanguape. Note-se que apenas a segunda toca na questão da posse da propriedade da terra.

Na década de cinquenta do século XVI, a sede do Império enviou a primeira Comissão Científica de Exploração¹¹ para o estado do Ceará para conhecer a região. Esta Comissão estava mais interessada em descobrir possíveis riquezas minerais do que em estudar a área, já que anos antes a Califórnia havia sido tomada do México pelos Estados Unidos por causa da descoberta do ouro naquele território. Possuindo a Califórnia uma vasta área árida e semiárida, existia a expectativa de que o mesmo mineral pudesse ser encontrado em território nordestino (Kury, 2004).

Depois da seca de 1877, políticos nordestinos conseguiram incluir, no Artigo 5º da Constituição de 1891, a obrigação de envio de verbas emergenciais para as vítimas das secas (Albuquerque Jr., 1999). Uma segunda Comissão Científica foi enviada ao Ceará para estudar e propor soluções para as longas estiagens em 1881. Mais de uma década depois da grande seca de 1877,¹² o Ceará recebeu a visita do Conde D’Eu, um francês casado com a Princesa Isabel e Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para conhecer a aquele estado.

O incentivo para que os sertanejos mudassem para outras áreas do país também foi uma das estratégias de “combate às secas” mais utilizadas por sucessivos governos. Ainda no final do século XIX, por exemplo, o governo estabeleceu o serviço gratuito para os retirantes que desajassem se deslocar para trabalhar nas lavouras de café do Sul e nos seringais amazônicos. Este incentivo seria repetido durante a Segunda Guerra Mundial, quando estrangeiros de origem dos países em guerra, como o Japão, foram proibidos de migrar para o Brasil. A falta de mão de obra para trabalhar nos cafezais aumentou a migração dos nordestinos para o Sul. A necessidade de borracha para os exércitos aliados fez com que o governo brasileiro firmasse convênio com o governo dos Estados Unidos e, “Conforme acertado com a Rubber Reserve Company, 500 mil nordestinos deveriam ir para a Amazônia travar aquela ‘batalha’.” (Medeiros Filho e Souza, 1988, p. 74). Ainda hoje não se sabe ao certo quantos nordestinos pereceram na região amazônica, um bioma completamente estranho para eles. Em algumas secas, o socorro propositalmente atrasou para forçar a ida dos retirantes para o trabalho nos cafezais e na extração da borracha¹³.

10 O estado de Ceará também foi o primeiro a receber alguma assistência do novo Império. D. Pedro I autorizou o envio de ajuda alimentar em 1824. Este estado também teve o primeiro banco provincial em 1834 (Villa, 2001).

11 Também chamada de Imperial Comissão Científica e Comissão Exploradora das Províncias do Norte. Uma das curiosidades sobre esta Comissão é que ela importou dromedários do Marrocos, na crença de que estes animais seriam ideais para o clima da região. Como era de se esperar, os animais morreram em pouco tempo (Villa, 2001). Mais de um século depois, estes mesmos animais tornaram-se um atrativo turístico nas praias de Natal - RN.

12 Durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX, o fenômeno dos Campos de Concentração para as vítimas das estiagens se alastrou, principalmente, no estado do Ceará. O livro *O Quinze* (Queiroz, 1980) retrata esta realidade.

13 A figura da vítima da seca a vagar a esmo à procura de socorro foi a fonte para o carioca José do Patrocínio escrever *O Retirante* em 1879 (final da grande seca de 1877), tendo sido o primeiro a abordar esta temática. Muito já se escreveu sobre a migração forçada dos nordestinos para a Amazônia e para o Sudeste. O excelente livro *Essa Terra* (Torres, 2001) mostra um outro ângulo sobre os migrantes nordestinos que foram para São Paulo ao abordar a volta de um deles após o seu “fracasso” no “Sul Maravilha”. Na música, entre as canções que tratam do tema, podemos citar *Nos Becos da Vida* (Brito, 1987). Esta migração perdeu velocidade nos últimos anos graças aos projetos de convivência com o Semiárido e os projetos de transferência de renda do governo federal, além do aumento ao acesso aos serviços de educação e saúde, embora estes ainda estejam aquém das reais necessidades daquela população.

O início do século XX trouxe a visão tecnocientífica como a solução para as estiagens no Semiárido com a criação da Comissão de Açudes e Irrigação e da Comissão de Perfuração de Poços, que se fundiram, em 1909, no Instituto de Obras Contra as Secas – IOCS. Medeiros Filho e Souza (1988, p. 33) ressaltam que, “Ao longo da Velha República, a problemática da seca foi predominantemente (não exclusivamente) reduzida à falta de reservatórios para acumular água”. Garcia (1984, p. 80-81) revela que “Do ciclo seco de 1932 ganhou a região um dispositivo na constituição de 1934 destinando 4% dos recursos orçamentários da União no “combate as secas”, percentagem essa reduzida para 3% na Constituição de 1946 e suprimida após a Constituição de 1964.

Este montante fez com que regiões não atingidas por este fenômeno climático reivindicassem fazer parte do Polígono das Secas para que pudessem gozar do mesmo privilégio orçamentário.

É na década de 1930 que as Frentes de Trabalho ou Frentes de Emergência são reforçadas de uma forma mais organizada como uma maneira de arrefecer os ânimos revoltos dos sertanejos. As capitais começavam a ter que lidar com milhares de migrantes de forma inesperada e a situação começava a gerar insatisfação nas populações destas cidades. A ideia principal era manter os retirantes ocupados no próprio Semiárido para que não se deslocassem para as cidades, onde a população estava amedrontada pela ameaça de saques. A prática assistencialista também passou a ser predominante em todas as abordagens referentes às populações assistidas pelos governos no século passado, e a distribuição de cestas básicas garantiu a aquisição de produtos das empresas do Sul do país. A distribuição de água através dos carros-pipa, nas décadas seguintes, também promoveu a concentração de poder de poucos grupos políticos.

A década de 1940 traria novos órgãos para “desenvolver o Nordeste e combater as secas”, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a Comissão de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)¹⁴ Ambos plantariam a ideia de que a industrialização seria a solução para todos os problemas no que diz respeito às desigualdades sociais da região. Essa semente germinou nos anos 1950 com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para financiar projetos agrícolas e empresariais. A mesma crença estava presente com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

As respostas governamentais nos anos da Ditadura Civil-Militar brasileira no tocante às longas estiagens copiaram muitas das ações anteriores. Novamente houve investimento em megaprojetos como as grandes barragens no Rio São Francisco e o início da Rodovia Transamazônica. Grandes projetos de irrigação também foram planejados e implantados no sertão e o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA) foi criado para pesquisar e auxiliar estes projetos, embora tenha contribuído nos últimos anos com projetos de convivência com as secas com uma visão holística.¹⁵ Os grandes proprietários da região mais uma vez lucrariam com as secas durante estes anos, pois podiam adquirir empréstimos a longo prazo caso promettessem investir 30% do montante tomado ao banco em mão de obra local. Medeiros Filho e Souza (1988, p. 87), ao comentarem que as propriedades com mais de 500 hectares foram as grandes beneficiadas com os empréstimos oferecidos pelo governo federal durante aqueles anos, afirmam que “As vantagens financeiras que foram oferecidas permitiram a estes proprietários transformar a seca numa fonte de acumulação de capital.” Uma atitude que se tornaria repetida a cada estiagem.

¹⁴Posteriormente denominada de Comissão de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

¹⁵Para conhecer os projetos de convivência, visite o site da Articulação Semiárido Brasileiro em <http://www.asabrasil.org.br/>. Confira Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento (Silva, 2008).

Ainda nos anos 1970, o Ceará criou a Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais (FUNCEME). A intenção era provocar chuvas artificiais através da nucleação da atmosfera. A iniciativa não vingou, apesar de o estado do Ceará adquirir dois aviões para este programa (Medeiros Filho; Souza, 1988).

A grande seca do início da década de 1980, agravada pela crise na cotonicultura, trouxe à tona a corrupção que envolvia as Frentes de Trabalho.¹⁶ Trabalhadores eram contratados para a construção de açudes e estradas em troca de um reduzido salário e distribuição de “cestas básicas”. As Frentes beneficiavam as terras dos grandes proprietários com obras financiadas pelo dinheiro público e asseguravam a mão de obra para quando as chuvas voltassem (Cohn, 1978).

A constituição de 1988 instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e definiu o Semiárido como a área com uma precipitação igual ou inferior a 800 mm. Também instituiu que esta área estaria sob a atuação da SUDENE.

A ajuda para as vítimas das estiagens chega sempre como resposta às ameaças aos grupos políticos e econômicos detentores do poder. Assim foi com a formação do quadro militar no *front* de resistência aos cangaceiros no início do século XX (Mello, 2011), e com a construção de açudes iniciada ainda no século XIX em resposta à seca de 1877 e ampliada com o presidente Epitácio Pessoa nos anos 1920. As ações do primeiro governo de Getúlio Vargas, nos anos trinta do século passado, foram uma resposta ao sucesso da passagem da Coluna Prestes¹⁷, liderada por Luís Carlos Prestes, pelo Semiárido. Assim como a criação da SUDENE foi uma resposta ao fortalecimento das Ligas Camponesas e às derrotas eleitorais de Juscelino Kubistchek, em 1958. A cada nova crise, o governo federal lança um grande projeto, uma grande obra para aplacar as nervuras da política e assim garantir apoio. Foi assim com a açudagem, com os órgãos de apoio aos financiamentos da agropecuária, com a SUDENE e seus subsídios para os industriais do Sudeste e da própria região, com os vários campos de irrigação criados ao longo dos anos e agora com o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

Ao concluirmos este tópico, podemos afirmar que diferentes ações foram tomadas e órgãos governamentais foram criados ou mudaram sua nomenclatura. Os projetos criados para “salvar” o Nordeste foram tantos, que listá-los tomaria muito espaço.¹⁸ Mesmo assim, continuam sendo lançados com estardalhaço na mídia por parte do governo atual. De fato, a atitude que permeou a visão e as ações dos governos durante todas estas décadas foi o investimento em grandes obras como forma de “combate às secas”, não interpretando o fenômeno da desigualdade socioeconômica nordestina, de forma deliberada ou não, como algo decorrente de tantos outros fatores além da falta de chuvas.

3. OS NOVOS DISCURSOS E AS VELHAS PRÁTICAS COM RELAÇÃO ÀS SECAS

Depois de décadas desde que a seca começou a ser utilizada como justificativa para o envio de grandes verbas para o Nordeste e a construção de grandes obras, alguns fatos sugerem que, embora os discursos tenham os adjetivos e os substantivos modificados nas falas oficiais das últimas décadas, a prática governamental continua, em grande parte, a mesma. Ainda para dentro das gavetas de Brasília uma crença no velho modelo de “combate à seca”.

16 Em julho de 1983, o número de homens e mulheres alistados nas Frentes chegou a 1.512.000. (Medeiros Filho e Souza, 1988).

17 Confira *A noite das grandes fogueiras* (Meirelles, 1995).

18 Para citar alguns: PROTERRA, POLONORDESTE, Projeto Sertanejo, PROFIR, PROHIDRO, PDAN, PRODAGRI, PRO-NAGRI, PRODETUR, Projeto Áridas, Pró-Água e Projeto Água para Todos. Além de todos estes, todos os programas nacionais com capítulos sobre o Nordeste, a exemplo do Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O primeiro fato a ser ressaltado é a construção da Barragem do Castanhão, no estado do Ceará, iniciada durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se o referido presidente pregava o enxugamento da máquina administrativa e o zelo orçamentário, repetiu o gesto de vários governantes brasileiros de querer ser lembrado por deixar uma grande obra. Entretanto, o grande destaque da crença na solução da engenharia hídrica como única via para um Nordeste mais justo com seus habitantes é o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, iniciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e continuado pela Presidenta Dilma e pelo Presidente Temer.

O Projeto Água Para Todos¹⁹ lançado em 2011, pela Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de mais uma estiagem prolongada no Semiárido, é outra demonstração de mudança na linguagem sobre o tema, mas com a permanência das mesmas ações. Ao anunciar os investimentos para “combater as secas”, a Presidenta colocou no orçamento um grande montante para os projetos de irrigação. Para promover a distribuição dos recursos hídricos, investe-se na área que mais gasta e desperdiça água doce no mundo.

Um outro agravante contra aquele governo é a falta de investimento nas cisternas de placa²⁰ que ajudam a mitigar o não acesso a água potável no Semiárido. Lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o Programa Um Milhão de Cisternas atingiu apenas cerca de 60% de sua meta depois de quatorze anos. Mesmo sendo apontada como uma das causas da diminuição dos efeitos negativos da estiagem e de doenças transmitidas por água contaminada, ela não é priorizada. O seu sucesso não recebe o financiamento que merece. Como afirma Malvezzi (2007, p. 16) ao comentar como as ações governamentais com relação ao Semiárido ainda seguem um velho modelo:

As mudanças contemporâneas no poder central do Brasil não alteraram essa lógica, embora possam ter contribuído para fragilizá-la. A diferença entre o coronelismo clássico e o coronelismo moderno – eletrônico – é que, aos métodos antigos de dominação, este aliou as possibilidades da mídia e do marketing.

Mesmo financiando projetos de convivências com o Semiárido, os investimentos governamentais para o sertão acontecem em proporções desiguais, como demonstram os números para megaprojetos como o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco²¹ e estes montantes identificam a escolha seguida pelo governo. Ao financiar megaprojetos para a região, como os seus antecessores, deles não se diferencia, pois patrocina a velha e conhecida rota que direciona para o agronegócio baseado na monocultura em grande escala para a exportação. E é este modelo de agricultura que vem, há séculos, construindo as desigualdades socioeconômicas no Nordeste, além das degradações ambientais por ele geradas.

Na estiagem de 2013, o trabalho de convivência com o Semiárido desenvolvido pelos movimentos sociais locais e os programas de transferência de renda do governo fizeram com que as imagens exibidas nos telejornais e nos periódicos nacionais não fossem a dos retirantes em êxodo para as metrópoles do Sudeste. Não houve saques a supermercados ou a feiras livres como era comum acontecer nas estiagens passadas. Também não houve Frentes de Trabalho promovidas pelos governos. No entanto, a grande mídia continuou a repetir reportagens sobre

19 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7535.htm>. Acesso em 20 de abril de 2017.

20 Confira o número de cisternas construídas até agora no Semiárido no site da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA - disponível em <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>. Acesso em 20 de abril de 2017. Vale ressaltar que este é um projeto que recebe dinheiro de empresas privadas como os bancos.

21 Já foram gastos mais de 10 bilhões de Reais.

a seca e a cobrar mais investimentos do governo para o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Era a história se repetindo para que a história não mudasse.

CONCLUSÃO

A elite política e econômica nordestina pode ter mudado o sobrenome, como no caso da Família Arraes/Campos, em Pernambuco, e das Famílias Jereissati e Ferreira Gomes,²² no estado do Ceará, mas continua agindo da mesma maneira com relação às secas. Os grupos detentores do poder continuam sabendo aproveitar as imagens das estiagens para a implantação de grandes projetos e para perpetuarem-se no comando político e econômico da região. São novos os mercados, novas as empresas e novos os personagens a comandarem o palco da política regional e nacional, mas o espetáculo ganha proporções bilionárias com obras como o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco e a mesma visão sobre como lidar com os problemas da região. Os sobrenomes e algumas práticas podem ter mudado, mas não a essência das ações, o discurso continua sendo repetido na estiagem que vem atingindo a região nos últimos anos.

As imagens divulgadas sobre o Nordeste, em especial sobre o Semiárido, estão sempre enfocando a necessidade de intervenção por meio dos poderes governamentais e a seca continua a reverberar como mote para reivindicar dinheiro público um século depois.

Recebido em: 03/01/2017

Aprovado em: 25/04/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, J. Seca dos séculos XVII e XVIII. *Revista Conviver Nordeste Semi-Árido*. Fortaleza, v. 1, n. 4, out-dez. 2004.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

CARVALHO, O.; CARVALHO, O. Políticas anti-seca e irrigação. *Revista Conviver Nordeste Semi-Árido*. v. 1, n. 4, out./dez. 2004.

_____. As secas e seus impactos. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS E ESTRATÉGICOS; AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. *A questão da água no Nordeste*. Brasília: CGEE, 2012, p. 45-100.

CASTRO, I. E. *O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

COHN, A. *Crise Regional e Planejamento (o processo de criação da SUDENE)*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CUNHA, E. *Os Sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

22 Desde 1987, a Família Jereissati, na pessoa do ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará nos anos 1980, o ex-governador e atual Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e a Família Ferreira Gomes, assumiram o governo do Estado por 24 anos. Tasso por 12 anos (1987-1991 e 1995-2002), Ciro Gomes por 4 anos (1991-1994) e seu irmão Cid Gomes por 8 anos (2007-2014). Atualmente, Tasso Jereissati é senador (PSDB) e Ciro Gomes é pré-candidato a presidência da república pelo PDT. Em Pernambuco, a Família Arraes/Campos esteve à frente do governo por 14 anos, com Miguel Arraes (1987-1990 e 1995-1999) e seu neto, Eduardo Campos (2007-2014). Campos deixou o Palácio das Princesas para candidatar-se à Presidência da República com o discurso de que seria o novo na política brasileira e morreu em um acidente de avião durante a campanha de 2014. Não por coincidência, Ceará e Pernambuco são os dois estados apontados por Oliveira (1977) como os detentores das oligarquias mais enraizadas no Nordeste.

- DUQUE, J. G. *Perspectivas nordestinas: obras póstumas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1982.
- GARCIA, C. *O que é Nordeste brasileiro?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- GUEDES, C. C. *Culinária com broto de palma*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- GUERRA, P. B. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981.
- KURY, L. A Comissão Científica de Exploração (1859-1961). *Revista Conviver Nordeste Semi-Árido*. Fortaleza, v. 1, n. 4, out./dez. 2004.
- MALVEZZI, R. *Semi-Árido – uma visão holística*. Brasília: Confea. Coleção Pensar Brasil. 2007. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Semi-%C3%81rido_uma_vis%C3%A3o_hol%C3%ADstica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- MEDEIROS FILHO, J.; SOUZA, I. *A seca do Nordeste: um falso problema*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MEIRELLES, D. *A noite das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. Record: Rio de Janeiro, 1995.
- MELLO, F. P. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. São Paulo: Girafa, 2011.
- MELO NETO, J. C. *Poesias Completas (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PATROCÍNIO, J. *Os retirantes*. São Paulo: Editora Três, 1973.
- QUEIROZ, R. *O Quinze (Três Romances)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1948.
- RIBEIRO, M. B. D. *A potencialidade do Semi-Árido Brasileiro*. Brasília: Qualidade, 2007.
- SILVA, R. M. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-Árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Série BNB de Teses e Dissertações. 2008.
- TORRES, A. *Essa Terra*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- VILLA, M. A. *Vida e morte no sertão: histórias das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MUSICOGRAFIA

- A Força que Nunca Seca* (Chico Cesar/Vanessa da Mata, 1999)
- Asa Branca*, toada. (Luiz Gonzaga/H. Teixeira, 1947).
- A Triste Partida*, toada (Patativa do Assaré, 1964) *Carcará* (João do Vale/José Cândido, 1963).
- Nordeste Já* (Vários, 1985).
- Nos Becos da Vida* (Silvio Brito, 1984).
- Pobres Flagelados* (Eduardo das Neves, 1915).